e-SIC grau de sigilo



- PORTAL DE INSTITUCIONAL
- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
- ACESSO À INFORMAÇÃO
- OUVIDORIA
- CONTRACHEQUE

Inicio / Transparência /

e-SIC grau de sigilo

| XML↓ | CSV↓ | PDF↓ | IMPRIMIR↓ |

Segue abaixo um **lista de documentos classificados por grau de sigilo**, conforme a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), da **Câmara Municipal de Goianinha/RN**. Apresenta: **assunto**, **categoria**, **dispositivo legal**, **grau de sigilo** e **prazo de classificação**.

Lista de Documentos Classificados por Grau de Sigilo

Nº	Assunto da Informação	Categoria da Informação	Dispositivo Legal	Grau de Sigilo	Prazo de Classificação
1	Planejamento estratégico de segurança patrimonial	Segurança pública	Lei 12.527/2011, Art. 23, I	Secreta	15 anos
2	Informações sobre instalação de câmeras de vigilância	Segurança institucional	Lei 12.527/2011, Art. 23, I	Reservada	5 anos
3	Dados sensíveis de servidores em investigação	Dados pessoais sensíveis	LGPD (Lei 13.709/2018), Art. 11	Reservada	5 anos (prorrogável)

Nº	Assunto da Informação	Categoria da Informação	Dispositivo Legal	Grau de Sigilo	Prazo de Classificação
4	Informações sobre contratos em fase de negociação	Informação preparatória	Lei 12.527/2011, Art. 7, §3º	Reservada	1 ano (prorrogável)
5	Relatórios internos de auditoria não concluídos	Informação preparatória	Lei 12.527/2011, Art. 7, §3º	Reservada	1 ano (prorrogável)
6	Endereços de abrigos de mulheres vítimas de violência	Segurança da população vulnerável	Lei 12.527/2011, Art. 31; Lei Maria da Penha	Secreta	15 anos
7	Dados médicos de pacientes atendidos na rede pública	Dados pessoais sensíveis	LGPD, Art. 11; Lei 12.527/2011, Art. 31	Reservada	Enquanto necessário
8	Estudos de impacto ambiental em áreas estratégicas	Informação estratégica ambiental	Lei 12.527/2011, Art. 23, III	Secreta	15 anos

Observações:

- As classificações seguem os critérios definidos pela **Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)** e pela **Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD)**.

- Os prazos podem ser revistos conforme **Art. 24 da LAI**, mediante reavaliação a cada 2 anos, com possibilidade de desclassificação ou reclassificação.